



<p>i</p> <p>20-11-2015</p>	<p>Periodicidade: Diária</p> <p>Classe: Informação Geral</p> <p>Âmbito: Nacional</p> <p>Tiragem: 80000</p>	<p>Temática: Justiça</p> <p>Dimensão: 1085</p> <p>Imagem: S/Cor</p> <p>Página (s): 1/14</p>
----------------------------	--	---

GRUPO DE ENSINO SUSPEITO DE CORRUPÇÃO RECEBEU 100 MILHÕES DO ESTADO EM DOIS ANOS // PÁG. 14

A Radar //



Grupo GPS tem 26 colégios, dos quais 14 receberam apoios do Estado

FILIPE CASACA

Grupo com processo-crime recebeu mais de 100 milhões em dois anos

Denúncia de irregularidades do grupo GPS recua a 2012 mas desde então já foram recebidos 105,2 milhões, segundo relatório da IGF

JOÃO D'ESPINEY
joão.despiney@jonline.pt

O grupo de ensino GPS – Gestão e Participações Sociais, que está a ser investigado por suspeitas de corrupção e branqueamento de capitais, recebeu 50,8 milhões de euros do Estado só o ano passado. De acordo com o relatório sobre as “Subvenções e benefícios públicos em 2014”, que a Inspeção-Geral de Finanças acaba de divulgar, o grupo GPS recebeu 26,9 milhões em subvenções e 23,9 milhões em transferências correntes e de capital o ano passado. Se somarmos as verbas recebidas em 2013, podemos concluir que este grupo recebeu um total de 105,2 milhões de euros nos últimos

anos. Isto já depois de a TVI ter denunciado (em Dezembro de 2012) irregularidades no financiamento no âmbito dos contratos de associação com o Estado. Através destes acordos, o Ministério da Educação paga aos colégios as despesas de frequência dos seus alunos, garantindo-lhes assim as mesmas condições de gratuidade de que beneficiariam no ensino público. Estes contratos só podem ser celebrados quando não existe na zona oferta pública ou esta esteja saturada. Condições que não estavam a ser cumpridas.

Em Janeiro de 2014, a Polícia Judiciária (PJ) realizou uma operação que envolveu mais de 100 inspectores visando o grupo detentor de 26 colégios, 14 dos

quais com contrato de associação. A PJ esteve ainda em sociedades e domicílios de responsáveis do grupo, num conjunto de 24 diligências, que se estenderam a vários concelhos do país, referiu na altura o site da Pro-

50,8

Valor dos apoios concedidos pelo Estado ao grupo GPS só em 2014

curadoria-Geral Distrital de Lisboa do Ministério Público. Na altura, o Ministério da Educação chegou a revelar que as primeiras auditorias aos colégios do grupo GPS foram solicitadas pelo secretário de Estado “ainda durante o Verão de 2012” e que foi ainda enviado para o Ministério Público, em Outubro de 2013, o relatório de um inquérito da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC).

Em 2007, o Tribunal de Contas já tinha detectado, num relatório da auditoria financeira realizada à Direcção Regional de Educação do Centro, que entre 2003 e 2005 a IGEC instaurara 12 processos devido a irregularidades no âmbito dos contratos de associação. Destas, quatro eram escolas do grupo GPS: por pagamentos a mais ou adiantamentos considerados indevidos deveriam então ao Estado quase 3 milhões de euros.

O GPS é uma sociedade anónima constituída em 2003 a partir de um grupo de educação que já detinha sete escolas, no Centro do país. Em dez anos acrescentou mais 19 estabelecimentos a este património, contando agora com um total de 26 escolas. O presidente do grupo GPS é António Calvete, ex-deputado socialista, que chamou para a instituição ex-secretários de

Estado e ex-directores regionais de Educação quer do seu partido quer do PSD. Entre os colaboradores e funcionários figuram José Canavarro e Paulo Pereira Coelho, secretários de Estado do governo de Santana Lopes. Contava ainda com os directores regionais de Educação de Lisboa e do Centro, respectivamente José Almeida e Linhares de Castro.

OS MAIORES BENEFICIÁRIOS De acordo com o relatório da IGF, divulgado no âmbito do “dever de reporte e de publicitação das subvenções e benefícios concedidos por entidades do sector público”, a Caixa Económica Montepio Geral foi a entidade que mais dinheiro recebeu nos últimos dois anos, com um total de 125 milhões em garantias pessoais do Estado (subvenções). Ainda no âmbito deste tipo de apoios, o Fundo de Contragarantia Mútuo recebeu 100 milhões (garantia pessoal) e a Electricidade dos Açores 65 milhões. No que toca aos benefícios concedidos através de transferências correntes e de capital, a seguir ao grupo GPS, que lidera a tabela com 23,9 milhões, surgem a Cruz Vermelha Portuguesa (14,8), a Escola Nacional de Bombeiros (14,1) e a Associação de Jardins Escola João de Deus (10).